

China: o XV Plano e a autarquia tecnológica

Romarc Godin¹ – Sin Permiso - 03/08/2026



Na reunião de duas sessões, as autoridades chinesas apresentaram seu próximo plano quinquenal, focado principalmente no desenvolvimento da inovação e autonomia tecnológica. Uma aposta que visa responder à desaceleração do crescimento, mas que é arriscada.

A China está tentando redefinir seu futuro. Desde quarta-feira, 4 de fevereiro, as "duas sessões" são realizadas, uma reunião anual que reúne a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e o Congresso Nacional do Povo, a câmara teoricamente legislativa. O plano de 2026 é especial porque deve validar o novo plano quinquenal, o XV da República Popular, que vai de 2026 a 2030.

Obviamente, essas reuniões são proforma. É a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC), e em particular Xi Jinping, quem toma as decisões. Mas este XV Plano 15 e os novos objetivos econômicos apresentados nessas duas sessões nos permitem conhecer melhor a posição do país e sua estratégia em um delicado contexto internacional.

Primeiramente, vale lembrar a situação em que a segunda maior economia do mundo se encontra no início de 2026. Oficialmente, tudo parece estar indo bem. Em 2025, o crescimento do PIB chinês atingiu a meta do governo de 5%, o mesmo ritmo de 2024. Mas, como sempre, não devemos nos deter sobre esse número global duvidoso (alguns analistas dos EUA, como os do [Rhodium Institute](#), estimam que o crescimento real esteja abaixo de 3%).

O estado da economia chinesa

O objetivo só foi alcançado porque a China continuou a exportar massivamente. Assim, o comércio exterior contribuiu com 1,6 ponto percentual para o crescimento, ou seja, um terço do total. Em 2024, sua contribuição foi de 1,5 ponto. Portanto, a demanda interna permanece bem abaixo da meta de

¹ Jornalista desde 2000. Ingressou na Mediapart em maio de 2017, onde acompanha macroeconomia, especialmente macroeconomia francesa. Ele publicou, entre outros, *La monnaie pourra-t-elle changer le monde Vers une économie écologique et solidaire*, 18/10, 2022 e *La guerre sociale en France. Aux sources économiques de la démocratie autoritaire*, La Découverte, 2019.

crescimento, embora o consumo tenha permitido 2,6 pontos de crescimento no ano passado, em comparação com 2,2 pontos em 2024.

Entende-se que o motor de exportação continua sendo crucial para a China. O país registrou um superávit comercial recorde de quase US\$ 1,2 trilhão no ano passado, equivalente ao PIB da Polônia. Mas é aqui que a armadilha se fecha. Porque, para manter esse nível de superávit comercial, a República Popular deve manter baixos salários e uma constante superprodução industrial. É graças a essa dupla fórmula que o país continua sendo um dos mais competitivos do mundo no setor industrial.

No entanto, essa estratégia desacelera o desenvolvimento da demanda interna ao pressionar os salários reais, enquanto mantém a supercapacidade que pesa sobre os lucros e, portanto, sobre o investimento. Como resultado, os ganhos de produtividade são muito baixos e o crescimento só pode desacelerar.

Esse é o fenômeno que pode ser previsto segundo números oficiais chineses. O investimento contribuiu com apenas 0,8 ponto de crescimento em 2025 (em comparação com 1,3 ponto em 2024), com um aumento de apenas 0,6% ano a ano para o setor manufatureiro. Ao mesmo tempo, o país permanece profundamente preso em sua crise habitacional que começou em 2021, apesar dos esforços do governo para estancar o sangramento. Em 2025, os investimentos imobiliários diminuiriam 17,5% em um ano. Uma diminuição que afeta a riqueza das famílias, que restringem seus gastos quanto mais modesto o crescimento dos salários.

Essa realidade subjacente da economia chinesa se traduz no fenômeno da deflação, ou seja, na queda dos preços. Em 2025, os preços ao consumidor permaneceram estáveis, enquanto os preços das compras industriais caíram 3%. A deflação é preocupante, pois impede as empresas de determinar seus preços para aumentar salários e lucros. Esse fenômeno foi a origem da crise capitalista de 1929.

Se a China não está lá, é porque o Estado intervém massivamente. O déficit público da China agora é de 4% do PIB e permite o financiamento de setores industriais estratégicos e algumas medidas para apoiar a demanda. Mas a realidade que descreve a deflação é uma grande fraqueza na demanda interna. É também essa fraqueza que explica a explosão do superávit comercial.

No geral, a situação parece tornar insustentável uma meta de crescimento de 5%. Fora isso, no terceiro e quarto trimestres de 2025, o PIB cresceu apenas 4,8% e 4,5%, respectivamente. Logicamente, um dos primeiros anúncios feitos durante essas duas sessões foi revisar essa meta de crescimento para baixa. Até 2026, a República Popular prevê apenas uma faixa entre 4,5 e 5%.

É o nível mais baixo estabelecido pelo governo desde 1991, em um momento muito diferente para a China, pois antecede a grande decolagem industrial do país. Essa decisão é, portanto, simbólica: a China se tornou uma economia madura, incapaz de produzir taxas de crescimento acima de 5%. E o governo, no curto prazo, admite sua incapacidade de agir de outra forma que não mantendo um equilíbrio delicado entre forças opostas.

A opção de reativação por consumo

Portanto, a questão colocada aos líderes chineses para o plano XV era como sair de tal conspiração. Porque, se o crescimento chinês ainda for forte, um fato importante deve ser levado em consideração: a China está atrás em termos de "desenvolvimento", do ponto de vista estritamente capitalista.

O PIB per capita da China, em paridade de poder de compra e em dólares constantes de 2021, ficou consideravelmente atrás dos níveis ocidentais em 2024: representou, segundo o Banco Mundial, 31,6% do nível dos EUA e 43,9% da média da União Europeia. Para atuar na liga dos países avançados, a China ainda não inventou uma solução para manter uma diferença significativa de crescimento com o Ocidente. Essa sempre foi a obsessão de Xi Jinping, e ele fez de sair do que chama de *"armadilha da renda média"* sua prioridade.

Mais fácil falar do que fazer. Economistas ocidentais acreditam ter descoberto a solução, que não foram muito longe: trata-se de copiar o modelo ocidental de desenvolvimento, apoiando a demanda doméstica. Na verdade, a China é caracterizada por um baixo nível de consumo doméstico em relação ao PIB. Segundo o Banco Mundial, esse nível é de 40% do PIB na China, comparado a 51% na UE e 68% nos Estados Unidos.

Portanto, a receita dos economistas é "apoiar" a demanda interna para desenvolver o consumo e encontrar um novo motor de crescimento. Mas para a China, mudar o equilíbrio não é fácil. Até a década de 1980, a participação do consumo no PIB da China era superior a 50%. O crescimento sem precedentes do país prejudicou esse componente, já que tudo foi colocado em investimento.

Essa lógica pode ser revertida? Sem dúvida. Mas essa mudança abre riscos que assustam a liderança de Pequim. "Apoiar" a demanda interna pode ser feito por meio do desenvolvimento de um estado de bem-estar social ou pelo crescimento dos salários reais. Para compensar os custos que acompanham esse movimento, é necessário ter alto crescimento da produtividade ou aceitar perdas na competitividade de custos.

No período fordista, os países ocidentais podiam contar com ganhos anuais de produtividade de 6 a 7% para financiar esse suporte à demanda das famílias enquanto aumentavam os lucros. A partir dos anos 1980 e com o enfraquecimento dos ganhos de produtividade, as coisas mudaram. Na Europa, a pressão sobre os salários reais levou ao enfraquecimento da participação do consumo no PIB.

Nos Estados Unidos, o aumento moderado dessa participação (oito pontos do PIB em cinquenta anos) foi resultado de dois fatores: o enfraquecimento global da indústria e a mercantilização de certos serviços, como a saúde. Mas o crescimento perdeu seu vigor ao mesmo tempo.

Para a China, esse caminho parece impraticável. Baixos ganhos de produtividade e supercapacidade industrial fecham a porta para um cenário fordista. Se a China decidir apoiar sua demanda interna, perderá posições industriais e terá que transferir grande parte de sua mão de obra para serviços improdutivos. A longo prazo, os salários crescerão ainda menos rapidamente, o crescimento continuará enfraquecendo e o país perderá seu status de oficina industrial global.

Para o PCC, o poder econômico é fundamental para o poder do país. A China é produto da desindustrialização americana: aprendeu a lição e se recusa a tomar o mesmo passo cujo destino seria invejável. Países cujo PIB é baseado no consumo familiar e nos serviços estão claramente em crise estrutural.

A opção tecno-solucionista

Então Xi Jinping tem outra coisa em mente. Antes de aumentar o consumo, ele pretende completar o que chama de "*desenvolvimento de novas forças produtivas*", ou seja, crescimento tecnológico. Esse movimento começou há uma década. Claramente avançou. Em 2025, o valor agregado das empresas de alta tecnologia representou 17,1% de todo o setor, com um crescimento anual de 9,4%. A China domina o mercado de robôs, mas também de indústrias "verdes", desde painéis solares até veículos elétricos.

O que o plano XV prevê é uma "*aceleração da nova virada tecnológica*", em particular alcançando autonomia em cadeias de valor que vão desde "terras raras" até os semicondutores mais avançados e softwares de inteligência artificial. Para a liderança chinesa, esse deve ser o principal esforço.

Nos cinco anos do 15º plano, a China pretende manter um crescimento médio de 7% ao ano nos gastos em pesquisa e investimentos. No entanto, até 2026, espera-se que os gastos públicos relacionados à ciência e tecnologia aumentem 10%, para 426 bilhões de yuans (cerca de 53 bilhões de euros), ou 3% do PIB.

Portanto, as três primeiras prioridades do plano são "*construir indústrias modernas, alcançar autonomia tecnológica e digitalizar a economia*". Essas ambições buscam não apenas fortalecer o setor industrial chinês, colocando-o nos mais altos níveis de produção, mas também continuar a expansão global dos produtos chineses, confiando na dupla vantagem da inovação e do preço para superar a concorrência.

Um exemplo, nesse sentido, pode ser a indústria farmacêutica. A pesquisa chinesa está avançando muito rapidamente, e o número de novos medicamentos em desenvolvimento superou o da UE em 2024. Com uma "linha" de 1.250 produtos em desenvolvimento, a China segue os Estados Unidos e seus 1.440 produtos, segundo a *Bloomberg*.

O objetivo de Pequim fica claro. Trata-se de construir uma economia ultraprodutiva, com tanta competitividade que domine os mercados mundiais, mantendo quase total autonomia em seu processo produtivo. Então seria possível, seguro atrás desse triplo baluarte de produtividade, competitividade e autonomia, elevar o nível de consumo.

Visto de um ponto de vista internacional, a China tem uma ambição clara de capturar grande parte do crescimento mundial. Obviamente, tal projeto expõe o país a conflitos em um mundo onde o crescimento é uma mercadoria cada vez mais escassa.

Mas esse risco geopolítico derivado da questão econômica reforça ainda mais a lógica econômica do país. Alguns observadores ficaram surpresos ao ver que a meta de crescimento dos gastos militares caiu em 2026, de 7,2% para 7%. Mas, além do fato de que esse nível é considerável (representa um aumento em um

ano de 1.910 milhões de yuans, ou seja, 239 bilhões de euros ou o PIB do Catar), não questiona o objetivo de Xi de colocar o exército chinês entre os melhores do mundo até 2049.

Acima de tudo, esse número reflete a ideia imposta a Pequim de que parte da competição militar está relacionada à tecnologia. Portanto, a massa de investimentos nessa área tem duas funções, econômica e militar, que são os dois lados da mesma realidade.

Os riscos da aposta de Xi

No curto prazo, a China está ciente de seus limites, tanto militares quanto econômicos. Por isso, foca em fortalecer suas capacidades e estabelecer sua "autonomia". Internacionalmente, ainda não pode competir diretamente com os Estados Unidos, e assim seu apoio aos aliados russos ou iranianos é, na melhor das hipóteses, econômico, na pior das hipóteses verbal. Economicamente, Pequim também precisa ganhar tempo e, para isso, sair da deflação que ameaça o equilíbrio social e econômico do país.

A ambição desse XV plano, em paralelo aos objetivos tecnológicos, é, portanto, a estabilidade. O modelo econômico evolui lentamente, e o PCC está simplesmente tentando evitar grandes desequilíbrios. Por isso, o apoio ao consumo certamente não está ausente dos objetivos do plano, mas ocupa apenas a quarta posição e não está vinculado a objetivos quantificados.

O sistema de comércio subsidiado de bens de consumo foi até revisado para baixo em 300 para 250 bilhões de yuans (aproximadamente 37,6 a 31 bilhões de euros). Por outro lado, uma taxa subsidiada será oferecida para alguns empréstimos ao consumidor. Mas os economistas ocidentais não conseguiram esconder sua decepção: esse plano XV está longe de apoiar o consumo. Mas Pequim está tentando reduzir a tendência deflacionária do país.

É isso também que significa reduzir a meta de crescimento: a estratégia de Pequim não pode focar em um número insustentável. É hora de assumir a transição e seu custo em termos de crescimento. Com o objetivo de fortalecer e vivenciar um novo período de aceleração. É isso que a liderança chinesa chama de opção de "crescimento de qualidade" em vez de "quantidade".

Resta saber se essa escolha é viável. A China é um foco da crise capitalista. A acumulação de capacidade industrial pesa sobre a lucratividade de sua economia e a única alternativa é uma fuga tecno-solucionista ou uma terciarização cujo horizonte seja a estagnação. Como bons herdeiros do marxismo-leninismo, os líderes do PCC escolheram o crescimento baseado na tecnologia.

Mas esse crescimento não está isento de problemas. Setores de alta tecnologia criam poucos empregos e destroem muitos. O emprego então se refugia nos setores menos produtivos e os salários acabam estagnando. Esses setores também concentram a criação de riqueza em áreas distantes das necessidades da população. Eles têm um custo ecológico insustentável.

A China certamente espera, ao afirmar uma forma de autarquia tecnológica, evitar os riscos do desenvolvimento tecnológico dos EUA. Mas nada diz que isso será suficiente. A realidade é que este país, que por meio século se dedicou à

inovação e à tecnologia avançada, enfrenta uma grande crise política e social há quinze anos que coloca em risco seu sistema institucional de dois séculos e meio.

A República Popular está gradualmente aprendendo os limites do crescimento capitalista: a centralidade do lucro a força a usar recursos para uma ascensão tecno-militar que é profundamente contrária às necessidades humanas e ao meio ambiente natural. Portanto, esse plano XV é preocupante.